

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA OITAVA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO DIA 03 DE AGOSTO DE 1999, ÀS
22:30 HORAS.

ATA Nº 085 - “B”

PRESIDENTE ~ DEPUTADO RIVA
1º SECRETÁRIO ~ DEPUTADO JOSÉ CARLOS FREITAS (EM EXERCÍCIO)
2º SECRETÁRIO ~ DEPUTADO ROMOALDO JÚNIOR (*AD HOC*)

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Havendo número regimental, declaro aberta a presente Sessão Extraordinária, com a finalidade específica de apreciar, em 1ª discussão, o Projeto de Lei nº 175/99, Mensagem nº 38/99, de autoria do Poder Executivo, que institui o Programa de Incentivo às Indústrias de Fiação e Tecelagem de Mato Grosso - PROALMAT-Indústria e dá outras providências.

Convido os nobres Deputados José Carlos Freitas e Romoaldo Júnior para assumirem a 1ª e 2ª Secretarias.

(OS SRS. DEPUTADOS JOSÉ CARLOS FREITAS E ROMOALDO JÚNIOR ASSUMEM, RESPECTIVAMENTE, A 1ª E 2ª SECRETARIAS.)

Com a palavra, o Sr. 2º Secretário, para proceder à leitura da Ata.

(O SR. 2º SECRETÁRIO PROCEDE À LEITURA DA ATA DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO DIA 24 DE JUNHO DE 1999, ÀS 17:00 HORAS.)

O SR. 2º SECRETÁRIO - Lida a Ata, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - Em discussão a Ata que acaba de ser lida (PAUSA). Não havendo impugnação, dou-a por aprovada.

Com a palavra, o Sr. 1º Secretário, para proceder à leitura do Expediente.

O SR. 1º SECRETÁRIO (LÊ) - “Ofício do Governador do Estado, comunicando sua pretensão de ausentar-se do País no decorrer do segundo semestre; e Ofício do Governador do Estado, solicitando a devolução da Mensagem nº 27/99, encaminhada a esta Casa.”

Lido o Expediente, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - Encerrada a primeira parte, passemos à segunda parte do Pequeno Expediente (PAUSA). Não havendo orador inscrito, passemos à Ordem do Dia.

Em 1ª discussão, Projeto de Lei nº 175/99, Mensagem nº 38/99, de autoria do Poder Executivo, que institui o Programa de Incentivo às Indústrias de Fiação e Tecelagem de Mato Grosso - PROALMAT-Indústria e dá outras providências.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA OITAVA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO DIA 03 DE AGOSTO DE 1999, ÀS 22:30 HORAS.

Convoco a Comissão de Constituição e Justiça, na pessoa do seu Presidente, Deputado Carlão Nascimento, para reunir-se em plenário e emitir o Parecer quanto à constitucionalidade do Projeto.

O SR. CARLÃO NASCIMENTO - Sr. Presidente, Srs. Deputados, convido o Deputado Hermínio J. Barreto para relatar a matéria.

O SR. HERMÍNIO J. BARRETO (RELATOR) - Sr. Presidente, recebo com honra a indicação para ser o Relator deste Projeto de Lei que institui o Programa de Incentivo às Indústrias de Fiação e Tecelagem de Mato Grosso - PROALMAT-Indústria e dá outras providências.

O meu Parecer é favorável, e tenho certeza absoluta de que esta Comissão votará, por inteiro, favorável, pela legalidade desta Mensagem nº 38/99.

O SR. CARLÃO NASCIMENTO - Passemos à coleta de votos dos demais membros da Comissão: Deputado Alencar Soares (COM O RELATOR), Deputado Emanuel Pinheiro (COM O RELATOR), Deputado Romoaldo Júnior (COM O RELATOR).

Portanto, Sr. Presidente, aprovado por unanimidade na Comissão de Constituição e Justiça.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Em discussão o Parecer. Encerrada a discussão. Em votação...

A Sr^a Serys Slhessarenko - Sr. Presidente, solicito a palavra, para encaminhar votação.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Com a palavra, para encaminhar votação, a ilustre Deputada Serys Slhessarenko.

A SR^a SERYS SLHESSARENKO - Sr. Presidente, Srs. Deputados, há poucos instantes me perguntaram sobre o projeto do PROALMAT, eu respondi que não podia tecer nenhuma consideração, porque eu o desconhecia. Eu desconheço o Projeto! É um Projeto que acaba de chegar na Casa e já tem que ser aprovado. Isso é um absurdo, é um desrespeito ao Poder Legislativo!

O Governador do Estado vai para as reuniões, faz promessas, manda de última hora para cá um Projeto de Lei e não dá tempo sequer para nós lermos.

Eu pergunto: quantos Deputados leram este Projeto aqui, quantos leram? Nós não podemos, Srs. Parlamentares, aprovar um Projeto de Lei sem ter lido - no mínimo, nós precisamos ler!

É um Governo extremamente irresponsável, já colocou na mídia, já colocou em suas propagandas que está fazendo esse tipo de coisa, sem ter passado pela Assembléia Legislativa. Definitivamente, Dante de Oliveira não respeita este Poder!

Não sou contra o Projeto, mas sou contra a forma como ele está sendo imposto, sou contra, acho inadmissível! Que necessidade é essa? Tem gente esperando esse incentivo aqui do outro lado da porta para já colocar em execução? Isso não existe, isso não é verdade! É para se cumprir a vontade do "imperador"? O "imperador" definiu que isso ia acontecer imediatamente? Este Poder tem que se vergar e aprovar às pressas, sob pena de S. Ex^a - aliás, para imperador não se usa "Excelência", não é? -, ficar descontente? Isso é um absurdo!

Eu queria aproveitar o momento, infelizmente, já que a coisa está acontecendo desta forma, poderia muito bem entrar em discussão hoje, nós levaríamos para

casa uma cópia, para ler, e amanhã discutiríamos com calma aqui e aprovaríamos. Por que não? Não, mas tem que ser como o "imperador" quer!

Agora, eu pergunto: Por que este Parlamento, que se submete a esse tipo de coisa, na hora em que ele mandou para cá o aumento do ICMS de energia, não botou o pé na porta e não disse: "Eu quero diminuir o ICMS da energia"? Não, sequer mantiveram a alíquota no patamar em que estava, permitiram e votaram a elevação do ICMS da energia.

Senhores, este mesmo Parlamento para onde o Governo mandou o aumento dos produtos da cesta básica, que eram isentos do ICMS, onerando-a em 17%, este mesmo Parlamento permite o aumento - aliás, não é nem aumento, foi criação de ICMS sobre os produtos da cesta básica - e depois diz que vota a favor de todo e qualquer projeto que for a favor dos trabalhadores.

Eu sei que aqui tem alguns Deputados que fazem isso, mas a maioria não faz, não! É conversa fiada que vota a favor dos trabalhadores, porque permitiram o aumento da cesta básica em 17% de ICMS, permitiram o aumento do ICMS sobre a energia elétrica, permitiram o aumento do ICMS sobre a tarifa telefônica! E é este mesmo Parlamento que, hoje, em duas ou três horas, quer aprovar, de qualquer jeito, a isenção em 75% do ICMS para a indústria algodoeira.

Podemos votar. Podemos reduzir esse ICMS? Podemos! Mas não desrespeitando este Poder!

Duas coisas: Podemos votar, sim, reduzindo, ou melhor, dando esse incentivo - numa nomenclatura mais correta - à indústria algodoeira. Podemos votar a favor. Agora, não vamos fazer isso desrespeitando a nós mesmos.

Eu gostaria que aqui se posicionassem um por um os Srs. Deputados. Quem leu isto aqui? Respondam-me, quem sabe por quantos anos é este incentivo?

Não tem mais do que dois ou três Deputados aqui que sabem, que leram. Não há necessidade, Srs. Deputados! Vamos votar amanhã! Nós temos Sessão amanhã! Vamos fazer respeitar este Poder! Vamos dizer ao "imperador" deste Estado que aqui é um Poder, sim! E que este Poder não está aqui para votar o que ele manda para cá sem ler. Que este Poder está aqui, sim, para votar Projetos de Lei por vontade e por acreditar que se fazem necessários ao desenvolvimento do Estado de Mato Grosso. Mas que este Poder está aqui, também, não é para seguir as suas ordens, como foi no aumento da tarifa sobre energia elétrica, como foi na criação do ICMS para os produtos da cesta básica, Senhores.

Vamos parar! Vamos refletir! Vamos pensar! Não podemos fazer de conta, não podemos baixar a cabeça e fazer de conta que é assim mesmo, que não tem jeito!

Não podemos permitir, Srs. Deputados, que esse tipo de coisa continue acontecendo. Aborrece-me, realmente me deixa indignada, chegar aqui, no primeiro dia de Sessão, e ver entrar um Projeto de Lei, e esse Projeto de Lei ter que ser aprovado no primeiro dia de Sessão, só pode ser porque o Governador quer, porque não há necessidade, aqui inclusive diz que tem sessenta dias para ser regulamentado, após a sua aprovação.

Então, por que este desespero, este pânico geral? O que alavanca esta necessidade? Tem alguma coisa que eu não estou conseguindo entender, e a primeira coisa que eu não estou conseguindo entender, é porque não querem nos deixar ler o Projeto. Tem que aprovar sem ler! Eu li à toque de caixa, por uma concessão feita pelo Presidente, que suspendeu a Sessão para que eu lesse, e eu tive que ler correndo, pulando de linha, de qualquer jeito, se eu quisesse saber mais ou menos como era. Mais ou menos, porque tem

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA OITAVA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO DIA 03 DE AGOSTO DE 1999, ÀS 22:30 HORAS.

muita coisa aqui que não deu nem para entender - não deu nem para ler direito, muito menos para entender.

Por isso, Sr. Presidente, eu peço, Srs. Deputados, por favor, não é uma questão de ser contra, de jeito nenhum, é uma questão de credibilidade do nosso Poder, é uma questão de respeito pelo Poder Legislativo...

(O SR. PRESIDENTE FAZ SOAR A CAMPAINHA, COMUNICANDO À ORADORA QUE SEU TEMPO ENCONTRA-SE ESGOTADO.)

A SR^a SERYS SLHESSARENKO - ...O Poder Legislativo não pode votar matérias desta forma. Se o "imperador" quer, é para já; se ele não quer, é para nunca mais, vai para dentro da gaveta e fica *ad eternum*, de preferência!

Então, Srs. Deputados, eu peço, mais uma vez, vamos deixar pelo menos para votar amanhã este Projeto de Lei, porque eu o li, mas o li rapidamente, achei interessante, mas pediria mais tempo. Eu estou pedindo mais tempo e acredito que quem não leu, tem mais forte razão para pedir tempo para votar este Projeto no dia de amanhã, no mínimo, porque eu acho que nós precisaríamos de mais tempo ainda.

"Não há necessidade!" Não há necessidade? Para que isso? Só para responder aos ditames do "imperador" Dante de Oliveira? Por favor, nós somos um Poder, pelo menos eu assim acredito.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Continua em votação o Parecer...

O Sr. Hermínio J. Barreto - Solicito a palavra, para encaminhar favoravelmente, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Antes de o Deputado encaminhar, quero apenas, por uma questão de justiça, Deputada Serys Slhessarenko, dizer que o Governador Dante de Oliveira em momento algum nos pediu que apreciássemos o projeto com essa agilidade, quem nos pediu foram aproximadamente dois mil produtores e alguns empresários do ramo, que têm necessidade de iniciar o processo de viabilização, de comprovar a viabilidade do projeto de implantação da indústria.

Portanto, quero dizer que é uma decisão do Poder Legislativo, e também uma decisão muito sensata, de apreciar apenas a constitucionalidade. V. Ex^a leu o Projeto de Lei o suficiente para saber que ele é constitucional.

Agora, é lógico que o mérito do projeto vai ser muito mais debatido, inclusive podem até surgir emendas de Deputados, e será possível apreciá-las.

Com a palavra, para encaminhar votação, o Deputado Hermínio J. Barreto.

O SR. HERMÍNIO J. BARRETO - Sr. Presidente, Sr^a Deputada e Srs. Deputados, o Presidente foi muito feliz agora ao antecipar o nosso encaminhamento, quando colocou que o Poder Legislativo, nesta questão, não está submisso, não está atendendo, de forma alguma, até porque, quando o Governador foi à cidade de Rondonópolis, por uma deferência pessoal e a convite dos Deputados Hermínio J. Barreto, Zé Carlos do Pátio e José Carlos Freitas, dos empresários, dos trabalhadores da cidade de Rondonópolis, que estão em busca da geração de empregos...

Inclusive, nós aqui queremos agradecer ao Governador Dante de Oliveira por ter ido a Rondonópolis, quando ele podia, no gabinete fechado do Palácio Paiaguás, assinar e enviar a V. Ex^a aqui na Casa, mas ele fez questão de convidar o Presidente da Assembléia Legislativa, fez questão de ir a Rondonópolis, e perante mais de duas mil pessoas, entre empresários e produtores - empresários que vieram do eixo Rio/São Paulo, Santa Catarina,

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA OITAVA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO DIA 03 DE AGOSTO DE 1999, ÀS 22:30 HORAS.

Paraná -, e acima de tudo perante mais de mil trabalhadores de bairros da cidade de Rondonópolis, porque era um sonho o Estado de Mato Grosso ter um programa de industrialização do seu algodão...

E Mato Grosso tem pressa, sim, Deputada Serys Silhessarenko. Mato Grosso tem pressa! Quando se discute um Projeto como este, eu acho que a Assembléia Legislativa tem que ter pressa em dar oportunidade às empresas e ao trabalhador de terem uma visão de futuro neste Estado, porque sabe-se perfeitamente, Sr. Presidente, que Mato Grosso está atrasado e que outros Estados, como Goiás e Mato Grosso do Sul, avançam no sentido da industrialização, em relação ao nosso Estado. E nós temos a oportunidade de apressar isso, não que evidentemente este Projeto de Lei apresse, porque hoje, como V. Ex^a confirmou, nós estamos votando a constitucionalidade, vamos votar o mérito amanhã. E, amanhã, evidentemente, qualquer Deputado terá tempo para apresentar a emenda que queira a este Projeto de Lei.

Mas eu não poderia deixar de vir aqui dizer que, realmente, Mato Grosso está apressado por este tipo de lei que beneficie a vinda de indústrias de outros centros para cá!

Nós lemos o Projeto de Lei, e até por conhecer algumas questões de ICMS, eu quero dizer que ele traz um benefício de dez anos às indústrias que vierem para cá.

E mais do que nunca, a própria população e os empresários pediram a todos nós, Deputados, para apressar a votação, para que eles tenham cópias deste Projeto de Lei para serem enviadas a órgãos financiadores do País, para que eles possam rapidamente beneficiar o algodão pluma, ainda este ano, aqui no Estado de Mato Grosso. Portanto, eu acho que Mato Grosso está vivendo um novo momento, o momento da sua industrialização. Está deixando de ser um Estado periférico, que apenas remete o algodão em caroço, que remete hoje o algodão em pluma.

Quando eu tive a honra de ter sido Prefeito de Rondonópolis - e invoco aqui o Deputado Zé Carlos do Pátio, à época Vereador, hoje brilhante Deputado que faz oposição ao Governo -, nós conseguimos trazer de volta o incentivo para que o agricultor e o produtor voltassem a plantar algodão no Estado de Mato Grosso.

E o Governo atual, com o apoio e incentivo à Fundação Mato Grosso, à PROALMAT do algodão, agora PROALMAT da industrialização, e ao FACTUAL, traz um incentivo muito grande não só ao grande plantador, mas também ao pequeno plantador de algodão do Estado de Mato Grosso. No Vale do Jurigue, na região de Pedra Preta, Galiléia, São José do Povo, este ano o pequeno produtor já está plantando cinco, seis, sete alqueires de algodão, com tecnologia avançada, apoiado pela Fundação Mato Grosso, que teve com certeza o apoio do Governo do Estado.

Portanto, nós temos matéria-prima em abundância, nós precisamos então chamar a atenção do País. Mato Grosso, pela vez primeira, chama a atenção do País, dando condição para o empresário vir para cá, investir e ter, logicamente, apoio fiscal - e apoio, inclusive, com outros programas.

Tenho certeza absoluta, com a primeira indústria que será instalada, a FIASUL, que hoje já tem a carta de aprovação da SUDAM, incentivo do Governo Federal e, agora, incentivo do Governo do Estado, através desta lei - e a Assembléia Legislativa também participa diretamente apoiando-a -, eu não tenho dúvida que Mato Grosso passa a ser visto agora também por outros Estados brasileiros como um Estado que está preocupado em industrializar a sua matéria-prima.

E tem que ser assim também na indústria moveleira, na indústria do café, tem que haver outras leis que beneficiem a indústria moveleira do Norte de Mato Grosso, o cafeicultor que está chegando aqui em Mato Grosso, acreditando... Daqui a pouco virá o trigo também para o cerrado mato-grossense. É a tecnologia, é a Fundação Mato Grosso, criada lá na cidade de Rondonópolis, dando demonstração a todo o Centro-Oeste brasileiro. Hoje, o Estado de Goiás, Sr. Presidente, já está copiando, fazendo a sua Fundação Goiás, como é a Fundação Mato Grosso.

Portanto, não tenha dúvida que nós estamos no caminho certo, tomara que o Governo envie várias leis neste sentido, para que nós possamos sentir que Mato Grosso está deixando de ser arcaico para produzir, para industrializar, para gerar empregos, para gerar riquezas, para que a nossa economia avance, como em outros Estados brasileiros da região Centro Sul estão avançando.

Por que a Bahia está brigando para levar hoje a fábrica da *Ford*? Para gerar empregos para o povo baiano, para o povo nordestino. E nós temos que criar, sim, dispositivos, para que nós possamos atrair as grandes indústrias da tecelagem, já que o algodão hoje é o carro chefe da nossa agricultura, para que nós possamos, com certeza, gerar benefício hoje para a indústria do óleo de soja. Nós temos que não só votar favorável a esta Lei, mas também às outras leis que possam beneficiar a indústria de móveis, a indústria do café e outras que virão pela frente.

Eu agradeço a atenção. Tenho certeza absoluta de que, mais do que nunca, este Projeto de Lei vai ter a sua constitucionalidade apreciada hoje, e amanhã nós vamos continuar votando, para o bem de Mato Grosso, porque o povo, porque o trabalhador está com pressa, para que venham novas indústrias. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Continua em votação o Parecer...

O Sr. Gilney Viana - Sr. Presidente, solicito a palavra, para encaminhar votação.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - A Presidência pergunta se é favorável ou contra?

O Sr. Gilney Viana - Contra, a princípio.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - São dois encaminhamentos contra e dois a favor. Encaminhará favorável ainda o Deputado Zé Carlos do Pátio, encerrando dessa forma os encaminhamentos.

Com a palavra, o nobre Deputado Gilney Viana.

O SR. GILNEY VIANA - Sr. Presidente, Sr^a Deputada e Srs. Deputados, a questão central eu acredito que não está na juridicidade, na constitucionalidade do Projeto. Eu diria que, em tese, deveria ser corroborada a posição da Comissão de Constituição e Justiça, mas, ainda assim, existem questões dessa ordem que mereceriam uma análise mais detalhada, particularmente, se não me engano, no Art. 4º, onde fala sobre os diferimentos fiscais e, particularmente, as compensações às empresas que aqui se instalarem, na compra de equipamento. Este artigo reproduz a mesma política fiscal ditada pela Lei Kandir, e o Governo do Estado luta para modificá-la.

Eu próprio, em parceria com o Deputado Antônio Joaquim, quando estávamos lá na Câmara Federal, entramos com um projeto de lei que exatamente corrigia um certo benefício que se dava, não exatamente para os produtores de Mato Grosso, mas para os produtores de São Paulo, na medida em que esses equipamentos são basicamente adquiridos em São Paulo.

Eu estou falando sobre isso, porque esse tipo de questão deveria merecer uma análise mais detalhada.

Segunda questão é que existe... Eu pergunto aos Srs. Deputados se o Governo do Estado de Mato Grosso tem uma política industrial, se ele tem uma política fiscal. O que eu estou em dúvida é se ele tem política industrial e se ele tem política fiscal. Eu diria que política fiscal, pela experiência que eu estou vivendo aqui na Assembléia Legislativa, ele não tem, porque tem horas que ele manda projetos com uma propensão, uma possibilidade de aumentar receita, e tem horas que ele manda projetos que geram perdas. Ou seja, essa contabilidade não é feita. Eu acho que o grande problema de projetos dessa natureza, particularmente desse PROALMAT, é que ele não tem estimativa de quanto, qual é a dimensão dos benefícios fiscais que são concedidos.

Então, nós ficamos votando aqui no escuro, sem ter uma visão de que o nosso voto pode prejudicar ou beneficiar o ajuste fiscal do Estado. O discurso de ajuste fiscal é muito querido do Governador, e ele só olha discurso de ajuste fiscal pela despesa. Eu cansei de falar isso ao Governador Dante de Oliveira. Falei a ele: Governador Dante de Oliveira, V. Ex^a precisa se modernizar, V. Ex^a é o Governador da transição da oligarquia. Eu acredito que ele, quer dizer, tornou-se independente da velha oligarquia.

E hoje a propaganda dele está ligada à Ferronorte - e propaganda um tanto enganosa, tanto Federal como Estadual -, mas ligada a incentivos fiscais para a industrialização. Quer dizer, se isso é verdadeiro, e eu acho que em parte o é, ele deveria ter uma certa coerência quando ele faz uma política de benefício sem medir qual o esforço que isso ocasiona ao erário público.

Eu pergunto aos Srs. Deputados: Qual é o ônus do benefício concedido por esse projeto? Ninguém sabe. Se sabe deveria falar, mas em princípio acredito que não sabem, dada a ligeireza com que os projetos são enviados aqui para a Assembléia Legislativa.

Eu diria aos Senhores que é correto conceder benefício fiscal quando se tem uma política industrial compatível com a política fiscal. Não é correto dar benefício fiscal para favorecer uma política industrial, quando não se dimensiona isso, não se sabe para onde vai - não se sabe...

Eu vou conceder um aparte a V. Ex^a, Deputado Moacir Pires...

Por um acaso o Governador Dante de Oliveira tem feito concessões sem nenhuma programação. Ele fez concessão... Eu presenciei, lá no Nortão, uma vez, ele dar concessão à indústria madeireira para a indústria madeireira financiar a construção do Corpo de Bombeiros de Sinop. Olhem bem como são as coisas! Agora, ele deu concessão fiscal à indústria madeireira, para a indústria madeireira de Sinop, Cláudia e Marcelândia consertar e manter as estradas. Ora, essa é uma política que eu considero suicida, porque como Governo, como Poder Público, ele abre mão de recursos, transfere as responsabilidades para administrar, e o bem público vai para o setor privado. Mas que compromisso eles têm em relação a isso, não há nada amarrado.

Quer dizer, eu estou dando exemplos do lado, assim, de renúncias de arrecadação, e quando ele vai fazer ajuste fiscal, ele faz com "renúncias", entre aspas, de despesas, penalizando o serviço público e os servidores públicos. Ou seja, é uma política contraditória. Uma política que não tem uma diretriz correta e certa, que nós não sabemos para onde vai.

E aqui no caso do algodão, eu diria - e gostaria de dizer que tanto eu como a Deputada Serys Selhessarenko não somos contra, no mérito, que sejam dados benefícios fiscais que possibilitem a industrialização do algodão em Mato Grosso - que a idéia é boa.

Agora, aqui para nós, o Estado de Mato Grosso não pode ser governado com essa ligeireza, com essa levandade, com esse *modus operandi*, onde os projetos são enviados sem ver as conseqüências dele.

O Deputado Moacir Pires Pires cansou de esperar...

Eu diria que o FACUAL - e eu gostaria de dar um testemunho em benefício da fala do Deputado Hermínio J. Barreto -, realmente causou um impacto positivo na agricultura do algodão, possibilitou sua expansão. E aí, sim, uma novidade. O grande, obviamente, é o mais beneficiado, porque ele tem capital, ele investe, ele responde aos estímulos muito prontamente; o pequeno é muito tardiamente e marginalmente. Mas também o pequeno tem capacidade de beneficiar o algodão, porque a produção do algodão é muito intensiva. Ele não precisa de uma extensão muito grande para uma produção que dê margem de lucro, ou seja, que esteja, que passe daquela conta que os economistas põem um pontinho e falam que a partir dali se tem investimento, se lucra. Então, o FACUAL teve um resultado positivo.

Na semana passada, eu fui a uma reunião programada pela FETAGRI, que representa os pequenos produtores e assentados, na qual foram discutidas exatamente as possibilidades de se estender a agricultura do algodão aos pequenos produtores, que já estão avançando neste setor. Isso é verdadeiro! Agora, o que não é verdadeiro, Deputado Hermínio J. Barreto, é que nós saibamos o que vai acontecer com esse PROALMAT - isso também é verdadeiro.

É por isso que as nossas dúvidas são legítimas. São legítimas também as críticas feitas pela Deputada Serys Selhessarenko quanto à relação perniciosa do Executivo com o Legislativo, que não estimula o Legislativo a prover-se de dados para ver as conseqüências dos seus atos...

(O SR. PRESIDENTE FAZ SOAR A CAMPAINHA, COMUNICANDO AO ORADOR QUE O SEU TEMPO ENCONTRA-SE ESGOTADO.)

O SR. GILNEY VIANA - ...E isto porque ele fica a reboque, ao talião e ao "tacão" do Executivo. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Continua em votação o Parecer...

O Sr. Zé Carlos do Pátio - Sr. Presidente, solicito a palavra, para encaminhar votação.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Com a palavra, para encaminhamento de votação, o nobre Deputado Zé Carlos do Pátio.

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO - Sr. Presidente, primeiramente eu quero colocar que esse incentivo que o Governo está dando em hipótese alguma vai fazer com que o Estado deixe de arrecadar; muito pelo contrário, ele vai arrecadar a partir do momento em que passa a existir agregação de valores a essa produção de algodão. Na verdade, nós estávamos entregando o nosso algodão, a matéria-prima para ser industrializada em Santa Catarina, Rio Grande do Sul... Hoje não! Hoje nós estamos querendo verticalizar a nossa produção.

Uma outra questão que eu quero colocar é que a Fundação Mato Grosso, nos últimos três anos, se aprofundou na produção do algodão. Mato Grosso é o Estado que mais produz algodão no Brasil e é o Estado que mais produz algodão por hectare no Brasil! Enquanto outros Estados produzem uma média de 1,5 toneladas por hectare, Mato Grosso

produz 2,7 toneladas de algodão por hectare, devido a pesquisas, estudos - até porque hoje não se faz mais agricultura de forma primária, é necessário que haja uma visão mais ampla.

Quero aqui dizer que tudo aquilo que for para verticalizar a nossa produção, agregar valores, industrializar o nosso Estado, a Bancada do PMDB na Assembléia Legislativa vai dar apoio! Eu acredito que projetos como este, na área de curtume... Hoje, Mato Grosso tem vinte e um frigoríficos, e todo o nosso couro está indo embora, para fora do Estado, sem ser industrializado aqui. Então, eu quero dizer que tem que haver incentivo para o couro, para a madeira, para o café, para que, hoje, o nosso Estado seja um grande pólo de desenvolvimento e de industrialização.

Sr. Presidente, eu estou pedindo licença hoje e não poderia deixar de votar num projeto como esse. A minha cidade, Rondonópolis, onde fui vereador por três mandatos - eu me orgulho muito daquela cidade -, cobraria historicamente, na minha vida, se eu não votasse neste projeto.

Rondonópolis passa por uma fase muito importante de sua vida, com a vinda da ferrovia, com a industrialização do algodão, até porque, quando o Senador Carlos Bezerra foi Governador do Estado, ele criou o PRODEI-Programa de Desenvolvimento Industrial e o FUNDEI-Fundo de Desenvolvimento Industrial. Quando o Governador Carlos Bezerra criou o PRODEI, foram para Rondonópolis a Sadia, a Ceval, a Sperafico, a Manfrão, a Intercontinental, a Brasuei e várias indústrias. Hoje, Rondonópolis tem duas indústrias de óleo de soja, graças ao PRODEI, graças a uma lei de incentivo à indústria, da qual até hoje Mato Grosso se utiliza para o seu desenvolvimento.

A Sadia e a Ceval estão lá até hoje. A Sadia está enlatando óleo de soja lá e vendendo para o Norte do Estado de Mato Grosso e para Rondônia, a Ceval está encaminhando todo o nosso óleo para Brasília - Rondonópolis, hoje, sustenta Brasília, o Norte de Mato Grosso e Rondônia.

Quero aqui dizer que com isso todo o Estado vai crescer. A nossa Capital, que é realmente a nossa cidade-mãe, também vai ganhar com isso. E, neste momento de desenvolvimento do Estado, nós temos que apoiar um projeto desta envergadura.

Rondonópolis conclama... No dia em que foi assinado esse projeto de incentivo estava lá até o MST - eu encontrei lá trabalhadores do Assentamento Chico Mendes, querendo saber como é o projeto de incentivo, porque eles querem plantar algodão nas pequenas propriedades em Rondonópolis, para poder se viabilizar, para poder ter estrutura.

Mas, Sr. Presidente, para terminar o meu discurso, quero dizer a V. Ex^a, como Deputado Estadual, que ao mesmo tempo que estou defendendo este projeto, quero aqui reiterar as palavras da Deputada Serys Slhessarenko, de que precisamos, urgentemente, retomar nossa comissão para discutir a redução do imposto sobre a tarifa de energia elétrica urbana, sobre o IPVA, sobre o ICMS da tarifa de telefone.

Eu quero aqui colocar uma coisa para o PT - que me desculpe o PT, porque eu vou ficar sessenta dias fora daqui, e nós somos aliados firmes nesta luta de Oposição -, nós não podemos vincular uma coisa à outra. Uma coisa é criar o incentivo para verticalizar a nossa economia, outra coisa é o Governador aumentar os impostos de forma abusiva, sem sequer discutir com a sociedade, atropelando todo o processo. E contra isso nós iremos lutar!

Quero aqui dizer aos caros colegas Deputados, terminando o meu pronunciamento, que agradeço e que estou me afastando agora, mas nós estamos na luta, juntos, para que realmente o nosso Mato Grosso cada vez cresça mais. Muito obrigado.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA OITAVA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO DIA 03 DE AGOSTO DE 1999, ÀS 22:30 HORAS.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Continua em votação o Parecer. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado. Vai à 2ª discussão.

Esgotada a Ordem do Dia.

Informo aos Srs. Deputados, atenção Srs. Líderes, que a Sessão noturna de amanhã foi transferida para as 16:00 horas de amanhã, quarta-feira, por decisão do Colégio de Líderes.

Compareceram a esta Sessão os seguintes Srs. Deputados: da Bancada do Partido da Frente Liberal: Emanuel Pinheiro, Humberto Bosaipo, Moacir Pires e Romoaldo Júnior; da Bancada do Partido do Movimento Democrático Brasileiro - Nico Baracat, Zé Carlos do Pátio e Pedro Satélite; da Bancada do Partido dos Trabalhadores - Gilney Viana e Serys Shessarenko; da Bancada do Partido Progressista Brasileiro - José Carlos Freitas; do Bloco Parlamentar Frente e Cidadania - Alencar Soares (PSDB), Carlão Nascimento (PSDB), Roberto Nunes (PSDB), Eliene (PSB), Riva (PSDB) Rene Barbour (PSDB); do Bloco Parlamentar Autonomia - Amador Tut (PL), Hermínio J. Barreto (PL), Silval Barbosa (PTB) e Wilson Teixeira Dentinho.

Deixaram de comparecer os Srs. Deputados Joaquim Sucena, do PTB; Jair Mariano (EM MISSÃO OFICIAL), do PPS; Nilson Leitão, do PSDB; e Benedito Pinto (SEM FILIAÇÃO PARTIDÁRIA).

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão (LEVANTA-SE A SESSÃO).

Revisada por Ana Lúcia Bigio.
Conferida por Regina Céli Arruda